



**Demonstrações Financeiras**

**Companhia Agrícola Quatá**

**31 de março de 2023 e 2022  
com Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto .....	8
Demonstração do valor adicionado .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



## Relatório da Administração

A Diretoria

### 1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 22/23, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

#### 1.1. Visão Geral da Companhia

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando-se em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.

### 2. Governança

#### 2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, aumentar a Governança e maximizar os seus resultados.

O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.



## 2.2. Política de dividendos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento. Nesse exercício, considerando o cenário de prejuízo acumulado, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído.

## 2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social.

## 3. Receita

Receita Líquida - R\$ MM				
Descritivo	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Receita Líquida	90,6	93,5	-2,9	-3,1%
<b>Total</b>	<b>90,6</b>	<b>93,5</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,1%</b>

A variação negativa na receita da Companhia é decorrente da redução do preço médio da cana. Na safra 22/23 o valor médio da tonelada de cana ficou em R\$ 154,87/t enquanto na safra 21/22 o preço médio praticado foi de R\$ 160,51/t, representando uma redução de 3,5% no preço médio da tonelada de cana.

Na safra 21/22 o preço médio acumulado do ATR ficou estabelecido em R\$ 1,1792/kg, e na safra 22/23 ficou em R\$ 1,1707/kg, redução de 0,7%. Apesar do recuo no preço da cana, houve um aumento no volume entregue de 0,4%, na safra 22/23 foi de 586,3 mil tons frente a safra 21/22 que foi de 583,7 mil tons.



#### 4. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descriativo	CPV - R\$ MM			
	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Terras	0,41	0,43	(0,02)	-3,7%
<b>Total</b>	<b>0,41</b>	<b>0,43</b>	<b>(0,02)</b>	<b>-3,7%</b>

O custo na safra 22/23 ficou em linha, basicamente é composto por depreciação de benfeitoria em áreas agrícolas.

#### 5. Despesas Gerais e Administrativas

Descriativo	Despesas gerais e administrativas - R\$ MM			
	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Despesas administrativas e gerais	(5,7)	(4,6)	(1,1)	24,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2,2)	0,1	(2,3)	-2607%
<b>Total</b>	<b>(7,9)</b>	<b>(4,5)</b>	<b>(3,4)</b>	<b>75,7%</b>

A variação da linha de despesa administrativas e gerais é oriunda de pagamento de indenizações trabalhistas R\$ 0,9 milhão e um aumento nas despesas com multas e juros R\$ 0,3 milhão referente a contingência administrativa.

A variação na linha de Outras Receitas (despesas) operacionais de R\$ 1,8 milhões é referente a baixa de adiantamentos por falta de expectativa de recebimento, e pela movimentação de provisões de contingências com um incremento de R\$ 0,5 milhão ambas ocorridas nesta safra.

#### 6. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado exclui do Ebitda os efeitos apresentados na rubrica de outras despesas e receitas operacionais. Para se calcular o Ebit ajustado adicionamos a depreciação.

Descriativo	Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM			
	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Ebitda	82,7	89,8	(6,3)	-7,1%
Ebitda Ajustado	85,0	89,0	(4,0)	-4,5%
Ebit	82,2	89,3	(6,3)	-7,1%
Ebit Ajustado	84,4	88,4	(4,0)	-4,5%

Diminuição de 4,5 % do EBITDA Ajustado é explicado principalmente pela queda no preço da cana nesta safra, e aumento das despesas administrativas.





**7. Lucro do Exercício**

Descritivo	Lucro Líquido - R\$ MM			
	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	52,0	52,1	(0,1)	-0,2%

Nesta safra 22/23 a companhia teve o mesmo desempenho em relação ao lucro líquido do exercício. As Despesas Administrativas apresentaram um aumento significativo, em virtude do aumento dos gastos com pessoal.

**8. Estrutura de capital e Alongamento da dívida**

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(81,3)	(106,8)	25,5	-23,9%
Caixa	104,7	62,4	42,3	67,8%
<b>Total</b>	<b>23,4</b>	<b>(44,4)</b>	<b>67,8</b>	<b>44,0%</b>

Durante a safra 22/23, a Companhia realizou o pagamento de empréstimos no valor de R\$ 25,5 milhões, com objetivo de reduzir a alavancagem financeira da Companhia.

Adicionalmente, é importante destacar que o saldo em caixa da empresa aumentou R\$ 42,3 milhões em relação à safra anterior. Esse aumento é fruto das receitas auferidas pela Companhia durante a safra.

**9. Considerações finais**

Finalizo agradecendo à todos e todas que foram protagonistas em suas caminhadas e trabalharam com muita energia para entregarmos resultados consistentes e cada vez melhor na Safra 76.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2023.

A Diretoria



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Ao Conselho de administração e à Diretoria da  
**Companhia Agrícola Quatá**  
Lençóis Paulista - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



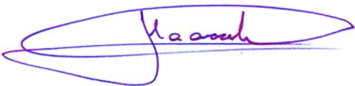
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete  
Contador CRC-SP198698/O

Balço patrimonial  
Em 31 de março de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2023	31/03/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/03/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	104.711	62.440	Fornecedores		45	12
Adiantamentos a fornecedores		3	3	Empréstimos e financiamentos	16	31.731	27.826
Impostos a recuperar	12	1.716	710	Impostos e contribuições a recolher		76	56
Despesas antecipadas		-	2	Tributos parcelados	17	575	546
Ativo fiscal corrente	13	803	688	Salários e contribuições sociais		118	348
				Outras contas a pagar	18	23.579	22.363
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>107.233</b>	<b>63.843</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>56.124</b>	<b>51.151</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	16	49.595	78.935
Clientes e outras contas a receber	10	2.798	4.199	Tributos parcelados	17	1.789	2.234
Depósitos judiciais	11	221	507	Dividendos a pagar	14	-	12.391
				Provisão para processos judiciais	19	7.953	7.378
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>3.019</b>	<b>4.706</b>	Passivo fiscal diferidos líquido	13	242.921	216.629
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>302.258</b>	<b>317.567</b>
Outros investimentos		53	53	<b>Total do passivo</b>		<b>358.382</b>	<b>368.718</b>
Propriedades de investimentos imobilizado	15	793.684	793.667				
		2.404	2.443	Patrimônio líquido			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>799.160</b>	<b>800.869</b>	Capital social		77.932	77.932
				Ajustes de avaliação patrimonial		498.982	498.982
				Prejuízos acumulados		(28.903)	(80.920)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>548.011</b>	<b>495.994</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>906.393</b>	<b>864.712</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>906.393</b>	<b>864.712</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)



	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	22	90.557	93.450
Custos das vendas	23	(412)	(428)
<b>Lucro bruto</b>		<b>90.145</b>	<b>93.022</b>
Despesas administrativas e gerais	23	(5.728)	(4.604)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	24	(2.206)	88
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>82.211</b>	<b>88.506</b>
Receitas financeiras	25	12.082	4.055
Despesas financeiras	26	(15.980)	(14.319)
<b>Financeiras líquidas</b>		<b>(3.898)</b>	<b>(10.264)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>78.313</b>	<b>78.242</b>
Imposto de renda e contribuição corrente	13	(3)	(26)
Imposto de renda e contribuição diferido	13	(26.293)	(26.070)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>52.017</b>	<b>52.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)



	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro líquido do exercício	52.017	52.146
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>52.017</b>	<b>52.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Companhia Agrícola Quatá

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)



	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de abril de 2021</b>	<b>77.932</b>	<b>498.982</b>	<b>(133.066)</b>	<b>443.848</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	52.146	52.146
<b>Em 31 de março de 2022</b>	<b>77.932</b>	<b>498.982</b>	<b>(80.920)</b>	<b>495.994</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	52.017	52.017
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>77.932</b>	<b>498.982</b>	<b>(28.903)</b>	<b>548.011</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto  
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)



	Nota	31/03/2023	31/03/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>78.313</b>	<b>78.242</b>
<b>Ajustes de:</b>			
Depreciação e amortização		536	545
Provisão para processos judiciais		382	1.366
Apropriação de encargos financeiros		15.303	14.016
Juros e variações de empréstimos e financiamentos		-	132
Juros de contingências		193	-
Juros passivos sobre mútuo financeiro		-	(2.237)
		<b>94.727</b>	<b>92.064</b>
<b>Variações no capital circulante:</b>			
Cientes e outras contas a receber		1.401	(794)
Adiantamentos a fornecedores		-	2.240
Impostos a recuperar		(27.417)	(26.488)
Despesas antecipadas		2	(2)
Depósitos judiciais		286	232
Fornecedores		33	-
Impostos e contribuições a recolher		26.359	26.615
Tributos parcelados		(303)	(279)
Salários e contribuições sociais		(230)	98
Partes relacionadas		-	(50.000)
Outras contas a pagar		1.216	(635)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>96.074</b>	<b>43.051</b>
Juros pagos		(113)	(189)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	16	(14.771)	(13.565)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(47)	(501)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>81.143</b>	<b>28.796</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado		(514)	(163)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>		<b>(514)</b>	<b>(163)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos pagos		(12.391)	(6.840)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados		-	1.636
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	16	(25.967)	(19.640)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(38.358)</b>	<b>(24.844)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>42.271</b>	<b>3.789</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	62.440	58.651
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	9	<b>104.711</b>	<b>62.440</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)



	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas</b>	<b>90.799</b>	<b>93.687</b>
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	90.799	93.687
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.872)</b>	<b>(1.776)</b>
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(412)	(428)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(2.460)	(1.348)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>87.927</b>	<b>91.911</b>
Depreciação e amortização	(536)	(545)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>87.391</b>	<b>91.366</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>12.485</b>	<b>5.649</b>
Receitas financeiras	12.082	4.055
Outras	403	1.594
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>99.876</b>	<b>97.015</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>661</b>	<b>649</b>
Remuneração direta	520	456
Benefícios	109	150
FGTS	32	43
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>28.609</b>	<b>28.395</b>
Federais	26.632	26.447
Estaduais	1.977	1.948
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>18.589</b>	<b>15.825</b>
Juros	15.980	14.319
Outros	2.609	1.506
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>52.017</b>	<b>52.146</b>
Lucros retidos do exercício	52.017	52.146
<b>Valor adicionado distribuído e retido</b>	<b>99.876</b>	<b>97.015</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



### 1. Contexto operacional

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista – SP, que explora as próprias terras de maneira passiva, mediante a cessão do uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que torna sua operação mais simples e menos onerosa.

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.

#### Guerra na Ucrânia

A Guerra entre Rússia e Ucrânia, que iniciou em fevereiro de 2022, vem afetando a economia Global, onde podemos destacar os seguintes impactos: i) aumento no preço do petróleo e seus derivados; ii) aumento no preço de fertilizantes; iii) aumento no preço de commodities; iv) piora na cadeia de suprimentos global que já estava fragilizada pela Covid-19; entre outros efeitos econômicos e humanitários.

A Companhia foi impactada positivamente pelo aumento nos preços das commodities que influenciam o preço das terras arrendadas pela Companhia, por outro lado ou aumento na inflação motivou o aumento na taxa Selic e influenciou o aumento no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) que é o índice que corrige a dívidas da Companhia.

A Administração realizou estudos incorporando em suas projeções de longo prazo cenários desafiadores e pessimistas buscando verificar como os seus fluxos de caixa se comportariam levando em consideração os desafios trazidos pela Guerra na Ucrânia, após essas simulações a Companhia não identificou ajustes materiais e está confortável que possuirá condições de honrar com os seus compromissos em um futuro previsível. Os fluxos de caixas realizados nos últimos meses corroboram essa resiliência.



## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico exceto pelas propriedades para investimento e instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentados na nota explicativa 7.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de junho de 2023.

## **3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



## 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 4.1. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- Nota explicativa 19: Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

### 4.2. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.





## 4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

### 4.2. Mensuração do valor justo--Continuação

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 21: Instrumentos financeiros.

## 5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.



## 6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor da receita possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades operacionais. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### b) Receitas financeiras e despesas financeiras--Continuação

A taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, em 100% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### c) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço;
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### d) Propriedades para investimento

A Companhia optou por demonstrar a propriedades para investimento ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. O valor contábil inclui custos de transação, custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

As propriedades para investimento são representadas por áreas arrendadas para o cultivo de cana de açúcar de propriedade da Companhia, as quais não são ocupadas pela mesma e são mantidas para obtenção de rendimentos provenientes de arrendamento, além de valorização.

Caso seja aplicado aos ativos destinados a investimentos a depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia realiza a análise dos indicativos de *impairment* conforme estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e reconhece, se necessário, provisão para perdas nos montantes que estavam acima do valor recuperável.

### e) Instrumentos financeiros

#### i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Atualmente, o único cliente da Companhia corresponde à Açucareira Quatá S.A., com quem a Companhia possui parceria agrícola. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.





## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### e) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Classificação e mensuração subsequente*

##### Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (Valor Justo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo reconhecido no Resultado);
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### e) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

##### Instrumentos financeiros--Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 22). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### e) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

##### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio--Continuação

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

##### Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### e) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Ativos financeiros

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### e) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

##### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".

#### iii) *Desreconhecimento*

##### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.





## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### e) Instrumentos financeiros--Continuação

#### iii) *Desreconhecimento*--Continuação

##### Passivos financeiros--Continuação

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

### f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

#### i) *Ativos financeiros não-derivativos*

##### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e





## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

#### i) *Ativos financeiros não-derivativos--Continuação*

##### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação*

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

##### *Mensuração das perdas de crédito esperada*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que é esperado receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.



## 6. Principais políticas contábeis—Continuação

### f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

#### i) *Ativos financeiros não-derivativos*--Continuação

##### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

##### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

##### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.



## 6. Principais políticas contábeis—Continuação

### f) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

#### i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

##### Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

##### Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### f) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

#### i) *Ativos financeiros não-derivativos*--Continuação

##### Ativo financeiro mensurado a custo amortizado--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

#### ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.



## 6. Principais políticas contábeis--Continuação

### f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

#### ii) *Ativos não financeiros--Continuação*

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

### h) Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

### i) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(b)).





## 6. Principais políticas contábeis—Continuação

### i) Mensuração do valor justo--Continuação

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

### j) Benefícios a empregados

#### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## 7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de





emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro e substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023), sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

### *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023) e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração.



## 7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor--Continuação

*Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023) e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

*Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023) com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

*Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.



## 7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor--Continuação

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

## 8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (no caso da Companhia 1º de abril de 2022). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

*Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27 e CPC 15 (R1).*

As alterações aos Pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

### Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que seja explicitamente cobrado da contraparte nos termos do contrato.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



## 8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

### Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

### Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período do relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.



## 8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

*IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Subsidiária como adotante pela primeira vez*

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

*IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)*

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original, essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

*IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração ao valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)*

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.





## 9. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e bancos	51	7.650
Aplicações financeiras	104.660	54.790
<b>Total</b>	<b>104.711</b>	<b>62.440</b>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 104,13% (101,02% em março de 2022), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

## 10. Clientes e outras contas a receber

Itens de clientes	31/03/2023	31/03/2022
Contas a receber mercado externo	-	391
Outras contas a receber	2.798	3.808
<b>Não circulante</b>	<b>2.798</b>	<b>4.199</b>

## 11. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2023
Trabalhistas	507	324	(639)	29	221
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>507</b>	<b>324</b>	<b>(639)</b>	<b>29</b>	<b>221</b>

	1º de abril de 2021	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2022
Trabalhistas	739	301	(618)	85	507
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>739</b>	<b>301</b>	<b>(618)</b>	<b>85</b>	<b>507</b>

## 12. Impostos a recuperar

Itens de impostos a recuperar	31/03/2023	31/03/2022
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	3
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.716	693
Outros	-	14
<b>Circulante</b>	<b>1.716</b>	<b>710</b>





### 13. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos

	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
<b>Ativo não circulante</b>			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	29.034	(15.129)	13.905
Base negativa da contribuição social	9.227	(5.447)	3.780
Provisão de créditos tributários	5.254	(5.254)	-
Outros	3.255	(532)	2.723
<b>Total</b>	<b>46.770</b>	<b>(26.362)</b>	<b>20.408</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Propriedades para investimentos – custo atribuído	(256.919)	-	(256.919)
Outros	(6.480)	70	(6.410)
<b>Total</b>	<b>(263.399)</b>	<b>70</b>	<b>(263.329)</b>
<b>Efeito líquido no resultado e passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(216.629)</b>	<b>(26.292)</b>	<b>(242.921)</b>

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	31/03/2023	31/03/2022
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	17.713	1.286
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	2.695	45.484
<b>Total</b>	<b>20.408</b>	<b>46.770</b>



### 13. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Administração preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

<b>Exercícios</b>	<b>Valor</b>
2023/2024	3.951
2024/2025	13.734
<b>Total</b>	<b>17.685</b>
<b>Diferenças Temporárias</b>	
Contingências	2.694
Outras	29
	<b>2.723</b>
<b>Total</b>	<b>20.408</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

#### b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2023			31/03/2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	78.313	78.313	78.313	78.242	78.242	78.242
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	<b>(19.578)</b>	<b>(7.048)</b>	<b>(26.626)</b>	<b>(19.561)</b>	<b>(7.042)</b>	<b>(26.603)</b>
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Outras adições e exclusões permanentes	242	88	330	376	131	507
<b>Tributos no resultado</b>	<b>(19.336)</b>	<b>(6.960)</b>	<b>(26.296)</b>	<b>(19.185)</b>	<b>(6.911)</b>	<b>(26.096)</b>
Corrente	(2)	(1)	(3)	(16)	(10)	(26)
Diferido	(19.334)	(6.959)	(26.293)	(19.169)	(6.901)	(26.070)
<b>Tributos no resultado</b>	<b>(19.336)</b>	<b>(6.960)</b>	<b>(26.296)</b>	<b>(19.185)</b>	<b>(6.911)</b>	<b>(26.096)</b>
Alíquota efetiva	24,7%	8,9%	33,6%	24,5%	8,8%	33,4%

#### c) Ativo fiscal corrente

	31/03/2023	31/03/2022
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e		
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	803	688
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>688</b>

#### (i) IRPJ e CSLL

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



## 14. Partes relacionadas

### a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante pago referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o período findo em 31 de março de 2023 foi no valor de R\$ 139 e R\$ 135 em 31 de março de 2022.

	<b>31/03/2023</b>			
	<b>Nota</b>	<b>AQ</b>	<b>Acionistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos</b>				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (ii)	16	1.612	-	1.612
<b>31/03/2023</b>				
	<b>Nota</b>	<b>AQ</b>		
<b>Operações</b>				
Receitas operacionais	23	90.799	90.799	
Despesa financeira - FINEP (ii)		(170)	(170)	
<b>31/03/2022</b>				
	<b>Nota</b>	<b>AQ</b>	<b>Acionistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos</b>				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (ii)	16	2.151	-	2.151
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (ii)	16	1.610	-	1.610
Dividendos propostos (i)		-	12.391	12.391
<b>31/03/2022</b>				
	<b>Nota</b>	<b>AQ</b>		
<b>Operações</b>				
Receitas operacionais	23	93.687	93.687	
Despesa financeira - FINEP (iii)		(267)	(267)	



## 14. Partes relacionadas--Continuação

### b) Saldos e operações

#### (i) Dividendos a pagar

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2004 a CAQ procedeu à contabilização de dividendos a serem distribuídos no montante de R\$ 38.329 com a delegação de poderes à diretoria para estabelecer a forma e a época do pagamento, em uma ou mais parcelas, facultada a interrupção ou suspensão dos pagamentos a qualquer tempo, sempre que os interesses da Companhia viessem a recomendar qualquer uma dessas medidas. Após pagamentos ocorridos nos anos anteriores ainda restava o montante de R\$ 12.391 quem foi deliberado pela diretoria e pago em março de 2023.

	Saldo em 31 de março de 2022	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2023
Assembleia Geral Extraordinária em 10 de dezembro de 2004			
Dividendos propostos (a)			
Companhia Agrícola Quatá	12.391	12.391	-
	12.391	12.391	
<b>Passivo não ciculante</b>	<b>12.391</b>		<b>-</b>

#### (ii) FINEP

A parte relacionada AQ contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da cana-de-açúcar e seus derivados. A Companhia como na ocasião da contratação era membro de parte dos projetos financiados firmou o contrato de financiamento como coexecutora e fiadora e, em paralelo, celebrou um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a AQ no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondentes aos projetos da Companhia, que assume proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento, mesmo após a reorganização patrimonial.



## 15. Propriedade para investimento

### a) Movimentação das propriedades para investimento

	Terras	Edifícios e benfeitorias	Total
Em 1º de abril de 2021	786.671	7.374	794.045
Depreciação	-	(378)	(378)
<b>Em 31 de março de 2022</b>	<b>786.671</b>	<b>6.996</b>	<b>793.667</b>
Custo total	786.671	13.012	799.683
Depreciação acumulada	-	(6.016)	(6.016)
<b>Valor líquido</b>	<b>786.671</b>	<b>6.996</b>	<b>793.667</b>
<b>Em 31 de março de 2022</b>	<b>786.671</b>	<b>6.996</b>	<b>793.667</b>
Aquisição	390	-	390
Depreciação	-	(373)	(373)
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>787.061</b>	<b>6.623</b>	<b>793.684</b>
Custo total	787.061	13.011	800.072
Depreciação acumulada	-	(6.388)	(6.388)
<b>Valor líquido</b>	<b>787.061</b>	<b>6.623</b>	<b>793.684</b>
<b>Valor líquido de:</b>			
Custo histórico	31.243	6.623	37.866
Mais-valia	755.818	-	755.818
<b>Total</b>	<b>787.061</b>	<b>6.623</b>	<b>793.684</b>

Vida útil

de 25 a 50 anos

O valor justo das propriedades em 31 de março de 2023 totalizava R\$ 3.823.810.

## 16. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2023	31/03/2022
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	8,32	PRÉ	9.709	14.236
Linhas do BNDES / FINEP	11,44	TJLP	1.559	6.244
Linhas do BNDES	4,04	SELIC+	-	3.053
FINEP	18,34	IPCA+ (TLP)	274	350
FINEP - Repasse de recursos - Mútuo financeiro	3,52	PRÉ	1.612	3.761
Crédito rural	6,45	PRÉ	1.030	1.859
Capital de giro	18,20	CDI+	67.142	77.258
			<b>81.326</b>	<b>106.761</b>
Circulante			(31.731)	(27.826)
<b>Não circulante</b>			<b>49.595</b>	<b>78.935</b>



## 16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
De 13 a 24 meses	18.350	29.356
De 25 a 36 meses	15.870	25.226
De 37 a 48 meses	15.375	24.321
De 49 a 60 meses	-	32
<b>Total</b>	<b><u>49.595</u></b>	<b><u>78.935</u></b>

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o período encerrado em março de 2023:

<i>Empréstimos e financiamentos</i>	Saldo inicial em 1º de abril de 2022	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2023
Moeda Nacional	106.761	(25.967)	(14.771)	15.303	81.326
<b>Total</b>	<b><u>106.761</u></b>	<b><u>(25.967)</u></b>	<b><u>(14.771)</u></b>	<b><u>15.303</u></b>	<b><u>81.326</u></b>

### a) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos na data de 31 de março de 2023 foi de 16,4% a.a. equivalente à CDI + 2,4% (14,2% a.a. equivalente à CDI + 2,3% em março de 2022). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 15.303 (R\$ 14.016 em março de 2022) (nota explicativa 26).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 14.771 (R\$ 10.206 em março de 2022), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 11.800 (R\$ 3.777 em março de 2022) (nota explicativa 25). Considerando R\$ 2.971 (R\$ 6.429 em março de 2022).





## 17. Tributos parcelados

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
INSS - verbas sobre a folha de salários	1.991	2.206
INSS - salário educação	249	384
PIS - sobre faturamento - Lei 10.637/2002	124	190
	<u>2.364</u>	<u>2.780</u>
Circulante	(575)	(546)
<b>Não circulante</b>	<u>1.789</u>	<u>2.234</u>

Os tributos parcelados referem-se a fatos anteriores a reorganização patrimonial, sendo assim, permaneçam sob responsabilidade da Companhia.

## 18. Outras contas a pagar

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Adiantamento de clientes - venda de cana	23.356	21.948
Outras	223	415
<b>Total</b>	<u>23.579</u>	<u>22.363</u>



## 19. Provisão para processos judiciais

	1º de abril de 2022	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2023
Tributárias	586	265	(223)	15	643
Cíveis e ambientais	210	235	(226)	15	234
Trabalhistas	6.582	3.017	(2.686)	163	7.076
<b>Total de passivos contingentes</b>	<b>7.378</b>	<b>3.517</b>	<b>(3.135)</b>	<b>193</b>	<b>7.953</b>

	1º de abril de 2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2022
Tributárias	580	-	-	6	586
Cíveis e ambientais	81	-	-	129	210
Trabalhistas	5.219	2.222	(788)	(71)	6.582
<b>Total de passivos contingentes</b>	<b>5.880</b>	<b>2.222</b>	<b>(788)</b>	<b>64</b>	<b>7.378</b>

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela Companhia e com o auxílio dos seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 143.700 em março de 2023 (R\$ 106.036 em março de 2022). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Os processos de maior relevância estão apresentados no quadro abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
Tributárias (i)	27.066	20.689
Tributárias (ii)	26.643	24.835
Tributárias (iii)	32.004	29.304
<b>Total</b>	<b>85.713</b>	<b>74.828</b>

- (i) Declaração de compensação de saldo negativo de IRPJ ano-calendário 2011. Intimação/SACAT nº 185/2016 traz o Despacho Decisório SAORT 181/2016 indeferindo pedido de compensação, PER/DCOMP não homologada.
- (ii) Declaração de compensação de saldo negativo de IRPJ ano-calendário 2012. Intimação/SACAT nº 185/2016 traz o Despacho Decisório SAORT 181/2016 indeferindo pedido de compensação, PER/DCOMP não homologada.
- (iii) Auto de infração lavrado em 19/09/2016 cobrando multa isolada de 50% sobre Declarações de Compensação (DCOMP) não homologadas dos anos de 2011 a 2016.



## 20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

b) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para propriedade para investimento em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

d) Dividendos propostos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, cuja liberação varia de acordo com o indicador de dívida líquida Ebitda. Nesse exercício, considerando o cenário de prejuízo acumulado, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído.



## 21. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/03/2023			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
				Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	104.660	-	104.660	104.660
<b>Total</b>	<b>104.660</b>	<b>-</b>	<b>104.660</b>	<b>104.660</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	51	51	51
Clientes e outras contas a receber	-	2.798	2.798	2.798
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.849</b>	<b>2.849</b>	<b>2.849</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores	-	45	45	45
Empréstimos e financiamentos	-	81.326	81.326	81.326
Outras contas a pagar	-	23.579	23.579	23.579
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>104.950</b>	<b>104.950</b>	<b>104.950</b>

	31/03/2022			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
				Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	54.790	-	54.790	54.790
<b>Total</b>	<b>54.790</b>	<b>-</b>	<b>54.790</b>	<b>54.790</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	7.650	7.650	7.650
Clientes e outras contas a receber	-	1.953	1.953	1.953
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>9.603</b>	<b>9.603</b>	<b>9.603</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores	-	12	12	12
Empréstimos e financiamentos	-	106.761	106.761	106.761
Outras contas a pagar	-	22.363	22.363	22.363
Dividendos a pagar	-	12.391	12.391	12.391
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>141.527</b>	<b>141.527</b>	<b>141.527</b>



## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

### i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta.

### ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é minimizado principalmente pelo fato de que a operação é substancialmente realizada com sua parte relacionada AQ em função do contrato de parceria agrícola.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Não houve mudança relevante na redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes decorrente da utilização do método atual.



## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Atualmente as disponibilidades da Companhia totalizam valores superiores ao valor esperado para fazer frente ao seu endividamento e aos valores a serem pagos aos seus fornecedores.

#### Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2023						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	45	45	45	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	81.326	137.149	13.547	21.912	43.258	58.432	-
Outras contas a pagar	23.579	23.579	23.579	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>104.950</b>	<b>160.773</b>	<b>37.171</b>	<b>21.912</b>	<b>43.258</b>	<b>58.432</b>	<b>-</b>
	31/03/2022						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	12	12	12	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	106.761	130.074	16.980	21.184	36.767	55.143	-
Outras contas a pagar	22.363	22.363	22.363	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>129.136</b>	<b>152.449</b>	<b>39.355</b>	<b>21.184</b>	<b>36.767</b>	<b>55.143</b>	<b>-</b>





## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.

#### iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## 22. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita bruta de venda	90.799	93.687
Impostos sobre vendas	(242)	(237)
<b>Total</b>	<b>90.557</b>	<b>93.450</b>

Os exercícios comparativos apresentam reflexos da implementação da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1 a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual, a Companhia deixou de atuar ativamente na produção de cana-de-açúcar e passou a explorar as próprias terras de maneira passiva, mediante a cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola. O mesmo é válido para nota explicativa 11.



## 23. Despesas operacionais por natureza

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
<b>Custo</b>		
Depreciação, amortização e baixa	373	382
Outros gastos	39	46
<b>Total</b>	<b>412</b>	<b>428</b>
<b>Despesas Administrativa</b>		
Despesa com pessoal	661	649
Serviços prestados por terceiros	822	935
Indenizações	1.853	907
Impostos, taxas e contribuições	1.963	1.948
Outros gastos	429	165
<b>Total</b>	<b>5.728</b>	<b>4.604</b>
<b>Total despesas e custo</b>	<b>6.140</b>	<b>5.032</b>
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	412	428
Despesas administrativas e gerais	5.728	4.604
<b>Total</b>	<b>6.140</b>	<b>5.032</b>

## 24. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Resultado atualização ATR - lavoura	-	777
Lavoura parceiros	115	66
Despesas com pessoal	(1.197)	-
Provisão contingência (i)	(575)	(1.498)
Recuperação de outras despesas operacionais	(20)	(15)
Indenizações e danos causados por terceiros	19	-
Outras	(548)	758
<b>Total</b>	<b>(2.206)</b>	<b>88</b>

(i) Refere-se a provisões Tributária, Cíveis e trabalhista.



## 25. Receitas financeiras

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Juros sobre aplicações financeiras	11.800	3.777
Juros sobre atualização de créditos tributários	282	193
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	-	85
<b>Total</b>	<b>12.082</b>	<b>4.055</b>

## 26. Despesas financeiras

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(15.303)	(14.016)
Juros sobre demais operações	(22)	(7)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(655)	(296)
<b>Total</b>	<b>(15.980)</b>	<b>(14.319)</b>

## 27. Compromissos

A Companhia possui compromissos de venda de cana-de-açúcar com sua parte relacionada AQ decorrente do contrato de parceria agrícola até 2032, com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser vendida é calculada em função da parcela do fruto que lhe cabe no contrato de parceria agrícola por área geográfica. O montante a ser recebido pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. Cabe destacar que parte da produção de cana da CAQ é comercializada com a AQ a preço fixo, essa operação visa garantir fluxos de caixas mais previsíveis para a Companhia.

## 28. Lucro por ação

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	52.016.075,81	52.143.010,53
Quantidade de ações ordinárias	125.071.236	125.071.236
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>0,4158916</b>	<b>0,4169065</b>



### 29. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Açucareira Quatá S.A.	1.731.830	600.000
	81.326	109.920
<b>Total</b>	<b>1.813.156</b>	<b>709.920</b>

A Companhia Agrícola Quatá concedeu garantia a Açucareira Quatá S.A. que captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R\$ 600.000, em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 14 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 15 de outubro de 2021.

A Companhia Agrícola Quatá concedeu garantia a Açucareira Quatá S.A. que captou recursos por meio de emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora") para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 7,0% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.

A Companhia Agrícola Quatá é fiadora da Açucareira Quatá S.A. em suas emissões de Debêntures. A 2ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830, remunerada com taxa contratual de 7,2% ao ano com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. A 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022. As Debêntures terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,9% ao ano.



### **30. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais, entretanto, foram substancialmente reduzidas em função da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1. Mesmo assim, a Companhia em harmonia com as demais empresas da Zilor diminuiu os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**Companhia Agrícola Quatá**  
CNPJ: 45.631.926/0001-13

#### **Diretoria Executiva**

##### **Diretores**

Fabiano José Zillo  
Marcos Ponce de Leon Arruda

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior  
CRC: SP-253903/O-2

